Proposta será analisada pela Câmara de Tangará

NA CÂMARA

PL quer obrigar invólucros em sepultamentos

Invol facilita exumações e protege lençol freático

PAULO DESIDÉRIO / Redação DS

Tramita na Câmara Municipal de Vereadores de Tangará da Serra, o projeto de Lei Nº 161/2019. A proposta, de autoria do Executivo Municipal, sugere à Câmara a obrigatoriedade do uso de invólucros protetores para corpos em sepultamentos realizados nos cemitérios do município. O objetivo da proposta é minimizar danos ambientais nos lençóis freáticos causados pelo neochorume, líquido liberado no solo por corpos em decomposição.

Greice Mara da Cruz, empresária do setor funerário na cidade detalhou que não há estudo científico que comprove que o invol evite a contaminação do lençol freático. Entretanto, estudos apontam maior facilidade no processo de exumação.

A aprovação do projeto implicaria consequentemente em aumento no preço dos serviços funerários. Porém, Greice ressalta que o tabelamento dos preços ficaria a cargo do poder público.

"Em Tangará da Serra, o serviço funerário e os valores que são praticados no mercado são de urna, preparo, regulamentados pelo município. Logo, provavelmente o município também vai regulamentar a que preço a funerária vai poder comercializar. Não existe isso de que a funerária vai colocar o preço que quiser. Aqui em Tangará da Serra, o município vai regulamentar através do valor do preço de compra, impostos, frete e algum tipo de margem de lucratividade sobre esse produto", disse.

> O município também vai regulamentar

Em pesquisa, nossa reportagem encontrou o produto vendido por preço variando entre R$ 58,00 e R$ 65,00. Na região, dois municípios fazem uso do invol em sepultamentos.

"Barra do Bugres já adotou a utilização disso como obrigatoriedade. Campo Novo, salvo engano ainda não tornou obrigatório, mas tem projeto de lei circulando. Aqui no Mato Grosso, Cuiabá ainda não adotou, Rondonópolis também não, Sinop e Sorriso também não adotaram ainda o uso do invol", completou Greice.

ENCORAJADOS

CPI da Energisa

CPI da Energisa estimula denúncias ao Procon-MT

Assessoria AL-MT

A secretária-adjunta do Procon-MT, Gisela Simona, foi a segunda convocada a prestar esclarecimentos perante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Energisa-MT, na Assembleia Legislativa. A CPI tem como objetivo investigar denúncias de abusos nas contas de energia elétrica, enxugamento nos quadros de funcionários e má prestação dos serviços oferecidos pela concessionária.

Gisela apresentou, durante a oitiva, em slides, dados que, segundo ela, comprovam diversas irregularidades cometidas pela empresa. Entre os dados apresentados pela secretária, chama a atenção a constatação de que 82,6% das reclamações são de clientes se queixando de cobranças abusivas.

A instauração da CPI para investigar a Energisa -MT tem estimulado o aumento das reclamações de clientes insatisfeitos com a empresa. Durante 2018, houve 5.809 reclamações; já em 2019, ano em que foi instalada a CPI, o número saltou para 8.285 reclamações.